

<http://doi.org/10.47369/eidea-25-2-4655>

Recebido em: 16/03/2025

Aprovado em: 11/08/2025



Quando a vírgula argumenta A construção da polêmica nas entrelinhas do texto

Jacson Baldoino Silva

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil

orcid.org/0000-0003-0106-6389**Fagner Carvalho Silva**

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil

orcid.org/0009-0005-0112-7972**Lucas Nascimento**

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil

orcid.org/0000-0001-8642-4397

Resumo: A análise deste artigo, a partir da relação entre gramática e discurso, examina duas manchetes jornalísticas sobre a divulgação dos exames de Covid-19 de Bolsonaro, diferenciadas pelo uso da vírgula: uma oração subordinada adjetiva restritiva e outra explicativa. Com base em Azeredo (2018) e outros, argumentamos que essa variação altera a interpretação do enunciado, evidenciando como a pontuação influencia a argumentação. Partindo da proposta de Nascimento (2018) e da análise das manchetes, discutimos como a argumentação se manifesta por meio de enunciados concretos, moldados pela interação entre sujeitos argumentantes. Concluimos que a gramática, longe de ser um conjunto de regras neutras e estanques, é um elemento essencial na construção discursiva argumentativa. A escolha de estruturas sintáticas alternativas não é neutra, mas reflete estratégias persuasivas e disputas de sentido, o que aponta para a necessidade de um ensino de Língua Portuguesa baseado na análise crítica dos usos da linguagem.

Palavras-chave: Gramática. Discurso. Argumentação. Pontuação. Ensino de Língua Portuguesa.

Quando la coma argumenta: la construcción de la polémica en las entrelineas del texto

Resumen: El análisis de este artículo, a partir de la relación entre gramática y discurso, examina dos titulares periodísticos sobre la divulgación de los resultados de las pruebas de Covid-19 de Bolsonaro, diferenciados por el uso de la coma: una como una oración subordinada adjetiva especificativa y la otra como explicativa. Basándonos en Azeredo (2018) y otros, argumentamos que esta variación altera la interpretación del enunciado, evidenciando cómo la puntuación influye en la argumentación. A partir de la propuesta de Nascimento (2018) y del análisis de los titulares, discutimos cómo la argumentación se manifiesta a través de enunciados concretos, moldeados por la interacción entre sujetos argumentativos. Concluimos que la gramática, lejos de ser un conjunto de reglas neutras y fijas, es un elemento esencial en la construcción discursiva argumentativa. La elección de estructuras sintácticas alternativas no es neutral, sino que refleja estrategias persuasivas y disputas de significado, lo que señala la necesidad de una enseñanza de la lengua portuguesa basada en el análisis crítico de los usos del lenguaje.

Palabras clave: Gramática. Discurso. Argumentación. Puntuación. Enseñanza de la Lengua Portuguesa.

When the comma argues: the construction of controversy between the lines of the text

Abstract: The analysis of this article, based on the relationship between grammar and discourse, examines two newspaper headlines about the disclosure of Bolsonaro's Covid-19 test results, distinguished by the use of a comma: one as a restrictive relative clause and the other as a non-restrictive clause. Drawing on Azeredo (2018) and others, we argue that this variation alters the interpretation of the statement, highlighting how punctuation influences argumentation. Based on Nascimento's (2018) proposal and the analysis of the headlines, we discuss how argumentation manifests through concrete statements shaped by the interaction between argumentative subjects. We conclude that grammar, far from being a neutral and fixed set of rules, is an essential element in argumentative discourse construction. The choice of alternative syntactic structures is not neutral; rather, it reflects persuasive strategies and disputes over meaning, underscoring the need for Portuguese language teaching that is grounded in the critical analysis of language use.

Keywords: Grammar. Discourse. Argumentation. Punctuation. Portuguese Language Teaching.

Introdução

Na relação entre gramática e discurso, em termos de construções de argumentos, faz-se necessário um desenvolvimento de análises teórico-descritivas que deem conta de explicitar como os mecanismos estruturais da língua podem ser utilizados em função de determinadas posições ideológicas/discursivas (Koch; Elias, 2017; Viera; Faraco, 2019; Nascimento, 2018; Silva, 2023; Odilon, 2025). A língua se constitui como materialidade de um discurso que pode, a partir de determinadas construções, constituir um evento polêmico (Nascimento, 2018), como a declaração do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, que, justificando a sua possível intervenção na Política Federal em 2020, após uma gravação de uma das reuniões ministeriais se tornar pública, se defendeu dizendo que, em nenhum momento, se referiu à essa entidade, mas que falou apenas “PF” (Uol, 2023a, 2023b).

No uso popular disseminado no Brasil, a sigla “PF” pode, de fato, ter outros sentidos, como o famoso “prato feito” vendido em diversas regiões do país, uma refeição completa, que já vem montada e é vendida a preço popular. Contudo, como até o mais ingênuo leitor sabe, as possibilidades interpretativas estão atreladas aos contextos de enunciação (Vieira; Faraco, 2019; Antunes, 2005; 2014). Sendo assim, considerando o contexto, a possibilidade de “PF” se referir a uma pausa para o almoço ministerial ou para a “por favor” é mínima. Ironizando essa fala, algumas internautas no Youtube (Uol, 2023b) comentaram as possibilidades de interpretação do “PF” dito por Bolsonaro:

Sou advogado do Bolsonaro. A frase foi: - Sem querer transgredir qualquer limite, mas “PF” (por favor) vocês poderiam gentilmente me ceder informações quanto

a segurança da minha família? Estou preocupado com eles. Ou foi: - Em relação a segurança da minha família... Garçom, quando sai o PF (prato feito)? Qualquer comparação das letras PF juntas com a Polícia Federal é mera coincidência (Uol, 2023b, s.p.).

PF é Por Favor gente. (kkkkkkkkk). Fanfarrão! (Uol, 2023b, s.p.).

A mera coincidência da relação textual entre “PF” e “Polícia Federal” foi aceita pelos apoiadores do então presidente e ironizada pela mídia e seus opositores, como podemos observar se compararmos os comentários das figuras 1 e 2, com os da 3 e 4:

PARA DE FALAR COM ESSA MALTIDA IMPRENSA, PRESIDENTE (Uol, 2023b, s.p.).

Jornaleiros de FOFOCAS!! Esquerdalhas Nunca mais. #BolsonaroReeleito (Uol, 2023b, s.p.).

A polêmica causada por essa escolha gramatical “ingênua”, que representa um ato polêmico (Nascimento, 2018) – estratégias argumentativas –, é apenas um exemplo escabroso dos jogos gramático-textuais que são possíveis quando pensamos que a gramática está em função de um (ou vários) discurso(s).

Considerando isso, pretendemos, neste artigo, alinhando-se às propostas de aplicabilidade da análise de discurso/argumentação para fins de ensino (Irineu; Mendes, 2019; Voese, 2002), analisar duas reportagens, veiculadas no mesmo ano da polêmica com a sigla da “PF”, sobre a disponibilização dos exames de testagem para Covid-19 de Jair Messias Bolsonaro: “Após disputa judicial, Bolsonaro entrega exames que deram negativo” (Estadão, 2023); “Após disputa judicial, Bolsonaro entrega exames, que deram negativo” (Gazeta, 2023). As construções sintáticas das manchetes parecem, na superfície, evidenciar a mesma informação, mas a opção por uma oração subordinada adjetiva restritiva, no Estadão (2023), ou explicativa, na Gazeta (2023), aponta para efeitos argumentativos diferentes nos veículos de informação.

Assim, neste texto, discutimos primeiramente a relação entre forma e função nos gêneros discursivos (Bakhtin, 2019) e a proposta de Nascimento (2018) desdobrada a partir do dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 2010, 2011, 2013) e da Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005). Em seguida, discutiremos como a gramática está em função de questões discursivas a partir de jogos sintáticos e a importância dessa percepção no ensino de língua; analisamos também os

argumentos presentes nas duas manchetes considerando a ausência ou presença da vírgula depois do objeto direto “exames”.

1 Entre forma e função: o papel dos gêneros na construção discursiva

Os gêneros do discurso, sob a perspectiva bakhtiniana, podem ser definidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2016, p. 12). O relativamente, apesar de parecer um problema, não o é, uma vez que a suposta dificuldade desenhada pelo termo está no fato de que ele pode apontar para uma imprecisão. No entanto, o gênero é, de fato, impreciso, e é a partir da análise interna, considerando sempre a relação gênero-vida, que o analista conseguirá delineá-lo, bem como a sua relação não só com outros gêneros, mas, principalmente, com o cotidiano. Portanto, é no interior dos campos de atividade humana que os gêneros são produzidos; e Bakhtin (2016) destaca que:

a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade (Bakhtin, 2016, p. 12).

Bakhtin (2016) salienta que a função comunicativa da linguagem é subestimada e destaca que a natureza dinâmica, diversa e evolutiva dos gêneros discursivos está diretamente relacionada à complexidade da atividade humana. Para o autor, é isso que faz com que os gêneros não sejam estaturas fixas, mas formas relativamente estáveis de enunciados que desenvolvem e se transformam conforme novas necessidades comunicativas emergem. Dessa forma, é necessário compreendermos que, para Bakhtin (2016), os gêneros discursivos não são categorias fixas, mas fenômenos vivos e interconectados com a multiplicidade das práticas sociais e culturais. Isso tem implicações diretas para o ensino de língua, já que a abordagem pedagógica deve considerar a adaptação dos gêneros às novas realidades comunicativas e discursivas.

Na comunicação discursiva por meio de gêneros, conforme Bakhtin (2016), há um outro que muitas vezes não é considerado da maneira devida e, por isso, perde-se elementos importantes da complexa relação comunicativa. O autor afirma que “se era levado em conta o papel do outro, era apenas como papel de ouvinte que apenas compreende passivamente o falante” (Bakhtin, 2016, p. 23). Entretanto, para o

filósofo, termos como “ouvinte” e “entendedor” são ficções que “dão uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016, p. 24). O autor defende que o chamado “ouvinte” compreende o significado do discurso, mas assume uma posição responsiva, concordando, completando ou aplicando, isto é, atribuindo sentido em novos contextos. Dessa forma, o ouvinte não é passivo, ao contrário, ele é totalmente ativo em todo processo de comunicação.

Na compreensão, a resposta é gerada, porque “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, 2016, p. 25). Nessa perspectiva, Bakhtin (2016) apresenta a oração como uma unidade da língua que possui uma “natureza gramatical, fronteiras gramaticais, lei gramatical e unidade” (Bakhtin, 2016, p. 33). Assim, a oração não pode ser limitada pela alternância de sujeitos do discurso, pois é a alternância que emoldura a oração e converte-a em enunciado. O destaque para a alternância de sujeitos ocorre devido ao fato de que, para Bakhtin (2016), a oração é um pensamento do sujeito que está relacionado com outros pensamentos do mesmo sujeito, ou seja, “o contexto da oração é o contexto da fala do mesmo sujeito do discurso” (Bakhtin, 2016, p. 32).

Assim, ao não se analisar o contexto discursivo, perdemos a possibilidade de analisar a memória discursiva através do gênero, pois, como afirmam Giacomelli e Sobral (2018, p. 416), “Bakhtin (e esse é um aspecto bem pouco explorado) aborda os gêneros como o que se pode chamar de forma estruturante da memória discursiva”. Logo, os gêneros do discurso, de certa forma, carregam e organizam a memória discursiva, evidenciando aspectos rememorados e transfigurando-os ao serem tratados esteticamente. Nascimento (2018) preocupou-se com a relação gênero, enunciado e memória ao propor uma Análise Dialógica da Argumentação.

Por ter abordado um evento no espaço público político brasileiro, Nascimento (2018) analisa os enunciados no diálogo, na interação argumentativa, partindo da seguinte premissa: “o diálogo, por assim dizer, é o fundamento do enunciado como unidade real da comunicação discursiva” (Nascimento, 2018, p. 85). No entanto, o diálogo não suprime o dialógico, ao contrário, é no diálogo que se observa a multiplicidade de vozes, as significações materializadas e as respostas, críticas e valores amados. É no encontro de dois ou mais sujeitos argumentantes, na comunicação efetiva, que os enunciados concretos emergem, realizados em gêneros

do discurso e passíveis de análise, embora sejam irrepetíveis. Portanto, o conceito de dialógico de Nascimento (2018) está fundamentado na perspectiva bakhtiniana de linguagem, que compreende o discurso como essencialmente interacional na relação entre diferentes vozes e posicionamentos.

Para Nascimento (2018), o aspecto dialógico da argumentação não se resume ao diálogo harmonioso ou ao consenso, mas se manifesta especialmente na polêmica – outro conceito importante da Análise Dialógica da Argumentação –, ou seja, no embate de diferentes discursos que disputam a hegemonia do sentido dentro de um evento argumentativo. Assim, a argumentação dialógica não apenas propõe teses, mas também responde a posicionamentos contrários, situando-se em um campo de disputa simbólica. Essa disputa ocorre sempre dentro de um gênero discursivo específico, como notícia, discurso político, debate acadêmico, e a Análise Dialógica da Argumentação deve considerar como esses gêneros moldam a interação argumentativa.

Outro ponto crucial da Análise Dialógica da Argumentação é a relação entre “sujeito destinador” com o “sujeito destinatário” do enunciado, sempre realizado em determinado gênero. Esses papéis estão imbricados com as noções de enunciado e enunciação:

As noções enunciado/enunciação têm papel central na concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano justamente porque a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos (Brait; Melo, 2020, p. 65).

Diferentemente das abordagens formalistas, os autores tratam a língua como um sistema abstrato de regras e entendem que a concepção bakhtiniana parte do princípio de que a linguagem só poder ser compreendida dentro de situações concretas de uso, sempre permeadas por relações sociais e ideológicas. Dessa forma, para Brait e Melo (2020), compreender a linguagem a partir da relação entre enunciado e enunciação possibilita uma análise mais profunda dos fenômenos discursivos, reconhecendo que a comunicação é sempre situada, dialógica e permeada de múltiplas vozes e intenções. Assim sendo, ao analisar o gênero, é possível perceber como o tempo é atualizado e moldado no espaço, isto é, é possível analisar o(s) *cronotopo(s)* e a(s) história(s) narrada(s) por ele(s). Nascimento (2018) resume essa relação e proposta da seguinte forma:

Em síntese, estudar os enunciados humanos é remetê-los aos gêneros discursivos, a um campo discursivo onde os sentidos se atualizam e torna possível a compreensão de certo *cronotopo*. Isso Bakhtin fez por meio das obras literárias, nesse mesmo espírito, proponho analisar, sob uma perspectiva dialógica, a argumentação no espaço [público] político. Ou seja, como os valores as ideologias, cosmovisões se atualizam ali e se chocam, apontando certos tipos de homens em polêmica e em luta pela hegemonia discursiva (Nascimento, 2018, p. 88).

Salientamos que o diálogo epistemológico proposto na Análise Dialógica da Argumentação (Nascimento, 2018) perpassa por toda a reflexão sobre a argumentação, essa assumida a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). A posição quanto à teoria da argumentação é precisa: “o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (Olbrechts-Tyteca; Perelman, 2005, p. 4). Logo, o argumento será abordado dialogicamente, aproximando-o da noção de enunciado.

Fiorin (2020), em diálogo com a teoria bakhtiniana, afirma que:

Um argumento são proposições destinadas a fazer admitir uma dada tese. Argumentar é, pois, construir um discurso que tem a finalidade de persuadir. Como qualquer discurso, o argumento é um enunciado, resultante, pois, de um processo de enunciação, que põe em jogo três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso, ou, como foram chamados pelos retores, o orador, o auditório e a argumentação propriamente dita, o discurso (Fiorin, 2020, p. 69).

A citação acima elucida um posicionamento importante em uma Análise Dialógica da Argumentação, pois o “o argumento como enunciado pressupõe uma resposta de um sujeito a uma questão levantada por outro sujeito no contexto de um problema” (Nascimento, 2018, p. 170). As manchetes do Estadão (2023) e da Gazeta (2023) surgem em um contexto específico de conflito entre partidos e posições políticas no Brasil. Com isso, podemos afirmar que “há então uma materialização linguístico-argumentativa de uma resposta a um problema” (Nascimento, 2018, p. 170). Portanto, torna-se fundamental em uma análise “saber a qual questão o argumento responde e quais são as posições às quais que ele responde” (Nascimento, 2018, p. 170).

Nossa proposta aqui é demonstrar que a relação entre os gêneros discursivos e o ensino de leitura crítica é fundamental, especialmente no contexto atual em que as *fake news* se disseminam rapidamente. Como Bakhtin (2016) aponta, os gêneros do

discurso são formas relativamente estáveis de enunciados, mas estão em constante mudança, moldados pelas práticas sociais e pela evolução dos meios de comunicação. Isso significa que, para compreender plenamente um texto, é essencial reconhecer o gênero ao qual pertence e suas características estruturais e funcionais.

Em tempos de *fake news*, essa habilidade torna-se ainda mais relevante. Manchetes sensacionalistas ou ambíguas podem produzir interpretações equivocadas, explorando a tendência dos leitores a consumir informações rapidamente, sem verificar o contexto e o texto. A pontuação, a escolha lexical e a organização sintática – como no caso das manchetes analisadas aqui – desempenha um papel crucial na construção do sentido, porque, como Azeredo (2018) argumenta, a pontuação não é meramente uma pausa para a respiração, mas um elemento estruturador do discurso. No contexto da desinformação, pequenas mudanças na estrutura sintática podem alterar significativamente a interpretação de uma notícia, favorecendo ou desfavorecendo determinados posicionamentos.

2 Dos jogos sintáticos à Análise Dialógica da Argumentação

No ensino de Língua Portuguesa, a noção de que se deve compreender o gênero em suas características estruturais e funcionais tem implicações diretas na formação de um leitor crítico. Ao ensinar sobre os gêneros discursivos, os professores não apenas apresentam suas estruturas, mas também promovem a reflexão sobre como esses gêneros constroem sentidos e influenciam a percepção do leitor. No caso das manchetes jornalísticas, por exemplo, a análise do gênero permite aos alunos perceber que não se trata apenas de um resumo da notícia, mas de um enunciado estratégico, carregado de intencionalidade argumentativa.

Assim, ensinar a ler manchetes criticamente significa capacitar os alunos a identificarem possíveis distorções ou manipulações discursivas. Isso envolve o domínio de estratégias como (i) comparação de manchetes sobre o mesmo fato, (ii) análise sintático-semântica do uso de pontuação, da escolha de palavras e estruturas de frases, (iii) identificação de estratégias discursivas para compreender como determinadas construções reforçam discursos e/ou ideologias. Portanto, a relação entre gênero discursivo e ensino se manifesta na necessidade de formar leitores capazes de interpretar criticamente enunciados que circulam socialmente. A nossa proposta aqui é que os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Dialógica da

Argumentação, proposta por Nascimento (2018), podem ajudar na tarefa de formar um leitor crítico já na Educação Básica.

De forma geral, a Análise Dialógica da Argumentação é um encontro epistemológico entre o dialogismo de Bakhtin (2010, 2011, 2013) e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Ela, como proposta metodológica, aborda e analisa o fenômeno argumentativo privilegiando, no entanto, não apenas o acordo, mas o desacordo profundo de valores – o que Nascimento (2018) denominou como polêmica. Assim, a Análise Dialógica da Argumentação analisa os efeitos de sentido entre os sujeitos argumentantes, considerando-os como sujeitos que amam e odeiam não os indivíduos, mas os valores por eles defendidos. Nesse sentido, quatro hipóteses foram construídas, sendo a primeira a noção de “polêmica”, que pode ser entendida como um desacordo profundo que se manifesta argumentativamente, sobretudo pela polarização, cujas características particulares vão se delineando no processo argumentativo concreto.

A segunda hipótese, decorrente da primeira, é a noção de “evento polêmico”. Esse é o encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem os sentidos de um mesmo objeto do discurso em um dado *cronotopo*. Sendo que o evento polêmico é constituído de atos polêmicos – a terceira hipótese. Nascimento (2018, p. 209) destaca que “eles são, porquanto, produtos polêmicos postos em ato pelos sujeitos argumentantes”. Dessa forma, os atos polêmicos são os acordos, os argumentos, as estratégias argumentativas e os posicionamentos mobilizadas no processo argumentativo imantados pelo evento polêmico.

Nascimento (2018) compreende que o evento polêmico fortalece, discursiva e semanticamente, os atos, como, por exemplo, as palavras, os argumentos e as estratégias retóricas. Assim, podemos afirmar que um ato polêmico é constituído por *microatos*, que podem ser uma palavra, uma expressão valorada ou energizada por uma polêmica. Ele é um produto posto em ato, cujo sentido concreto se atualiza dependendo da posição do sujeito argumentante nos campos discursivos em disputa no seio do evento polêmico.

Como nosso objetivo é analisar as manchetes do Estadão (2023) e da Gazeta (2023), a partir da Análise Dialógica da Argumentação (Nascimento, 2018), mobilizaremos os conceitos ao longo da discussão. No entanto, recomendamos a

leitura de Nascimento (2018), além de Silva (2023) e Odilon (2025) para uma abordagem mais detalhada sobre a relação entre argumentação, polêmica e dialogismo bakhtiniano – a partir de outros objetos de análise.

3 Da gramática em relação com o discurso: as manchetes

O ensino de Língua Portuguesa envolve não apenas a aquisição de habilidades gramaticais e lexicais, mas também a compreensão e produção de discursos significativos no contexto social. A análise do discurso e a argumentação emergem, assim, como ferramentas essenciais para promover pensamento crítico e interação discursiva no ambiente escolar (Voese, 2002; Koch; Elias, 2017; Irineu; Mendes, 2019; Vieira; Faraco, 2019). A argumentação aparece ao longo de toda a Base Nacional Comum Curricular, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental (Brasil, 2018, p. 125.145):

(EF35LP15) Opinar e defender ponto de vista sobre tema polêmico relacionado a situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade, utilizando registro formal e estrutura adequada à argumentação, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

(EF69LP19) Analisar, em gêneros orais que envolvam argumentação, os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc.

Ensinar a argumentar significa capacitar os alunos a expressarem suas ideias de forma coerente e fundamentada, promovendo uma compreensão mais profunda dos discursos que circulam na sociedade. Assim, a argumentação não deve ser tratada apenas como uma técnica formal, mas como uma competência comunicativa essencial para a interação social no espaço público (Nascimento, 2018). Nesse sentido, a *Base Nacional Comum Curricular* (Brasil, 2018) reforçam a importância de um ensino que valorize a argumentação tanto na oralidade quanto na escrita, desenvolvendo nos alunos a capacidade de formular, defender e analisar pontos de vistas diferentes com clareza e adequação ao contexto comunicativo.

Além disso, a polêmica e o dialogismo, como propostos por Nascimento (2018) a partir Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Bakhtin (2010, 2011, 2013), desempenham um papel crucial na formação do pensamento crítico. Quando os alunos são incentivados a participar de debates e analisar diferentes pontos de vista, desenvolvem a capacidade de avaliar argumentos e posicionamentos de maneira

mais reflexiva. Além disso, utilizar a polêmica como ferramenta pedagógica pode ser eficaz para fomentar o pensamento crítico e incentivar os alunos a assumirem posicionamento responsáveis. Quando confrontados com discursos divergentes, eles são levados a refletir e fundamentar suas opiniões, ampliando sua capacidade argumentativa. Portanto, o dissenso e a polêmica não devem ser vistos como obstáculo, mas como uma oportunidade para desenvolver a capacidade de argumentar de forma respeitosa, compreendendo a diversidade de opiniões e argumentações presentes na sociedade.

Assim, o desenvolvimento de estratégias didáticas que considerem o *ethos* argumentativo e a memória discursiva é fundamental para um ensino de língua eficaz. Isso permite que os alunos compreendam não apenas regras formais de argumentação, mas também suas implicações. Enquanto ferramentas, a análise do discurso e a argumentação podem se utilizar de estratégias como apresentamos: (i) a comparação de manchetes sobre o mesmo fato; (ii) análise sintático-semântica dos textos; (iii) a identificação de estratégias discursivas para compreender como determinadas construções reforçam discursos e/ou ideologias. Partindo dessas três estratégias, analisamos as manchetes do Estadão (2023) e da Gazeta (2023) sobre a divulgação dos exames de Covid-19 do ex-presidente Jair Bolsonaro, entendendo, juntamente com Nascimento (2018), que os enunciados não são neutros, mas produtos de disputas argumentativas, refletindo embates ideológicos e sociais em que estão inseridos.

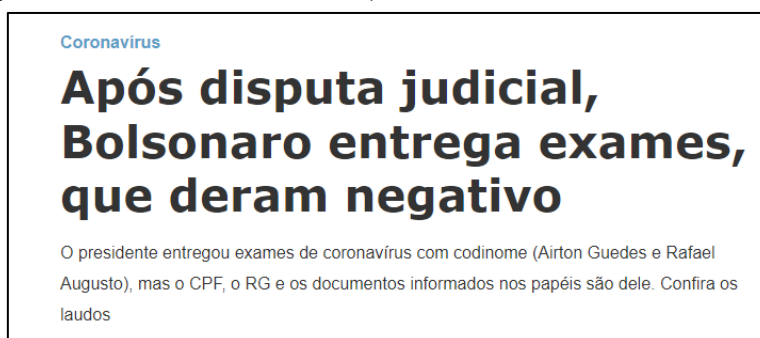
As manchetes dos jornais Estadão (2023) e Gazeta (2023) descontroem a noção do senso comum de que os sinais de pontuação são uma pausa para respiração – sendo a vírgula uma pausa breve e o ponto uma pausa longa –. Essa pseudoregra é consequência do fato de se acreditar “que certos sinais de pontuação, tais como a vírgula, o ponto e vírgula, o ponto e os dois-pontos correspondem a uma pausa na cadeia da fala” (Azeredo, 2018, p. 559). Isso gera vários problemas no processo de ensino-aprendizagem das regras de colocação dos sinais gráfico, bem como na percepção dos processos de construção de sentido, pois alguns alunos se acostumam a escrever o texto e, somente depois, durante uma rápida leitura, sair colocando a pontuação a partir de uma intuição ou da observação da sua necessidade de respirar.

Figura 5 – Manchete e linha fina do jornal Estadão de 13 de maio de 2020



Fonte: Estadão (2023, s.p.).

Figura 6 – Manchete e linha fina do jornal Gazeta do dia 13 de maio de 2020



Fonte: Gazeta (2023, s.p.).

No entanto, a observação das duas manchetes, compostas pelos mesmos elementos textuais, exceto pela presença ou ausência da vírgula depois do objeto direto *exames*¹, gera um questionamento nos alunos sobre qual é, de fato, a função da vírgula; fazendo-os buscar explicações das mais diversas para diferenciar as manchetes. Se seguirmos Antunes (2005) e Vieira e Faraco (2019), esse problema se coloca em razão da insuficiência do ensino em relação a textos escritos em linguagem formal, pois “há uma primazia quase absoluta da oralidade em sala de aula, e de uma oralidade, às vezes, quase restrita ao informal” (Antunes, 2005, p. 26). Por causa dessa primazia da oralidade, os alunos sentem dificuldades quando se deparam com textos “idênticos”, mas com apenas um elemento diferenciador, quase insignificante do ponto de vista deles, já que, para alguns, esse elemento é uma pausa para respiração e não um construtor de sentidos.

¹ Nas duas manchetes, há uma vírgula separando o adjunto adverbial anteposto (Azeredo, 2018) que não será considerada na análise, uma vez que está presente nas duas manchetes. Dessa forma, quando nos referimos à *presença/ausência* de vírgula, fazemos menção à que está ou não depois do objeto direto *exames* nas manchetes.

A ausência da vírgula na manchete do Estadão (2023) e a presença da mesma na Gazeta (2023) já mostram que, na colocação dos sinais gráficos de pontuação não há pausas para respiração, mas regras de colocação, demonstrando que a pontuação não é subordinada à fisiologia da respiração e sim às relações dos constituintes entre si visando a construção de sentidos (Koch; Elias, 2017; Azeredo, 2018; Vieira; Faraco, 2019). Nas manchetes acima, a única diferença sintática entre os termos é que a oração “que deram negativo” no Estadão (2023) é uma oração subordinada adjetiva restritiva e, na Gazeta (2023), ela é uma oração subordinada adjetiva explicativa. Os demais constituintes desempenham as mesmas funções sintáticas:

Quadro 1 – Funções sintáticas dos termos nas manchetes.

Funções Sintáticas dos Termos			
Estadão		Gazeta	
Após disputa judicial	Adjunto adverbial de circunstância	Após disputa judicial	Adjunto adverbial de circunstância
Bolsonaro	Sujeito simples	Bolsonaro	Sujeito simples
entrega	Verbo transitivo direto	entrega	Verbo transitivo direto
exames	Objeto Direto	exames	Objeto Direto
que deram negativo	Oração subordinada adjetiva restritiva	, que deram negativo	Oração subordinada adjetiva explicativa

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

À primeira vista, as manchetes parecem apresentar o mesmo conteúdo informativo. No entanto, a ausência da vírgula no Estadão (2023) e a presença dela na Gazeta (2023) geram efeitos argumentativos distintos. Segundo Nascimento (2018), um evento polêmico, como a disputa judicial sobre a divulgação dos exames, reativa diferentes discursos e valores, atualizando disputas anteriores e mobilizando campos ideológicos distintos. Assim, ainda que a notícia trate da mesma informação objetiva, as nuances sintáticas e discursivas das manchetes evidenciam posicionamentos diferenciados dos veículos.

As escolhas sintáticas adotadas pelos jornais Estadão (2023) e Gazeta (2023) são compreendidas como atos polêmicos que refletem posições ideológicas de campos discursivos antagônicos que questionavam a veracidade do estado pandêmico vivido pelo mundo com o surgimento da Covid-19, e que, mais tarde, se reverberaria na renovação do discurso antivacina – que tem ganhado espaço no Brasil desde a pandemia da Covid-19. Isso porque, no ano de 2020, uma das polêmicas que

sustentavam o campo discursivo brasileiro tinha como base a concepção da pandemia como uma “farsa” (Carvalho, 2022).

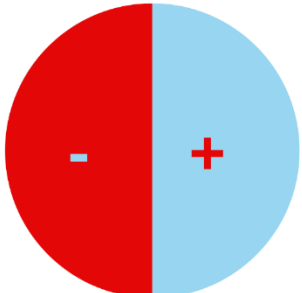
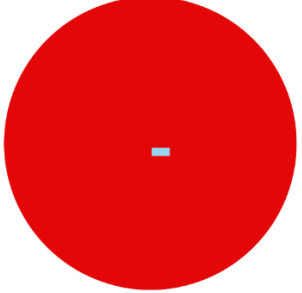
No centro dessa discussão, estava a principal figura do poder executivo à época, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que, durante todo o período pandêmico, não cessou de questionar a própria situação, bem como as medidas de proteção e a eficácia da vacina. O ex-presidente não utilizou máscara de proteção, não evita aglomerações e afirmou, durante muito tempo, que não se vacinou; chegando a ser proibido, juntamente com sua comitiva, de entrar em uma pizzeria na cidade de Nova York, por não apresentar cartão de vacinação (Portal G1, 2024a). Além disso, no início da pandemia, o presidente chamou-a de “pequena crise”, rotulando como uma “fantasia da grande mídia”: ““Obviamente temos no momento uma crise, uma pequena crise. No meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo”, afirmou o presidente” (Portal G1, 2024b, s.p.).

Dos primeiros registros oficiais da pandemia até um pouco antes da publicação do Estadão (2023) e da Gazeta (2023) – de 27 de março a 16 de maio –, o Brasil havia registrado 233.142 mil casos de Covid-19, com um total de 15.633 óbitos, de acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024). Esses dados do painel interativo do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) precisavam ser atualizados constantemente e pesquisadores que os utilizavam colocavam a data e o horário de coleta de informações, visto o aumento descontrolado de novos casos e óbitos. Mesmo diante desses números, em 20 de abril, quando o Brasil registrava quase 59 mil casos e 4 mil mortes, o presidente, ao ser questionado sobre os óbitos, disse “Não sou coveiro, tá?” (Portal G1, 2024c, s.p.).

Essas e outras falas do ex-presidente da República levou o jornal *O Estado de S. Paulo* a mover uma ação, em 13 de maio de 2020, pedindo que Bolsonaro entregasse os testes de Covid-19 realizados, os quais, alegava o então chefe de Estado, deram negativos. É em torno dessa ação que as manchetes em análise se situam, pois o Supremo Tribunal Federal teve que intervir para que os exames fossem entregues. Portanto, os atos polêmicos materializados pelo Estadão (2023) e pela Gazeta (2023) indicam “sujeitos argumentantes” que entendiam a pandemia como uma realidade e outros como uma fantasia.

Portanto, as manchetes em análise constituem um evento polêmico, no sentido que fundam dois campos antagônicos de discurso. Antes de demonstrarmos isso, é necessário entender a construção semântica indicada pelas sentenças explicativas e restritivas das manchetes. Colocando a estrutura das orações subordinadas adjetivas de cada manchete em forma de conjunto, teríamos a seguinte representação:

Quadro 2 – Conjuntos representativos da estrutura das orações subordinadas adjetivas

Estadão	Gazeta
Exames 	Exames 
Oração subordinada adjetiva restritiva	Oração subordinada adjetiva explicativa

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Os conjuntos ilustram a discussão colocada no texto das manchetes pelos jornais, ou seja, a ausência da vírgula no Estadão (2023) informa a existência de duas partes em um único conjunto: se uma é negativa, por dedução, a outra será positiva; mas a informação da sentença se refere a apenas uma delas – aos “que deram negativos”. A opção por uma oração adjetiva explicativa do segundo jornal não divide o conjunto “exames” em dois subconjuntos, apenas explicando que o valor desse único conjunto é negativo.

O Estadão (2023), com a sua oração subordinada adjetiva restritiva – “após disputa judicial, Bolsonaro entre exames que deram negativos” – codifica, textualmente, uma informação que exige do leitor uma compreensão da forma como a manchete é construída, pois incide diretamente sob a (im)possibilidade da contaminação pelo vírus do então presidente da República. Isso porque as orações subordinadas adjetivas restritivas indicam que há um conjunto foi dividido em partes e que a informação da sentença se refere a apenas a uma delas (Azeredo, 2018). Em outras palavras, o Estadão (2023), diante do cenário imaginário criado por bolsonaristas – e aqui usamos esse termo indicando tanto o ex-presidente como seus apoiadores – no qual a pandemia era “a maior FRAUDE do século” (Carvalho, 2022, p.

17), coloca a possibilidade do conjunto de exames ter sido dividido entre “negativos” e “positivos”, sendo que apenas os testes pertencentes ao primeiro grupo foram entregues.

O jornal Gazeta (2023), por sua vez, com a sentença “após disputa judicial, Bolsonaro entre exames, que deram negativos”, que difere da anterior apenas pela presença sutil da vírgula, acaba assumindo a posição de sustentar a argumentação bolsonarista de que a fantasia era uma invenção da grande mídia e de uma parte da população – se pesarmos no antagonismo, problemático no Brasil, de “direita” e “esquerda”, essa parte seria correspondente a esse segundo grupo. Os bolsonaristas chegaram a afirmar que “a safadeza é grande demais. Inventam mortes, inventam enterros, inventam caixões vazios, inventam corpos de mentira, roubam dinheiro do Covid, aterrorizam a população, e depois jogam a culpa no Bolsonaro” (Carvalho, 2022, p. 17).

Com a oração subordinada explicativa, ou não restritiva (Azeredo, 2018), a ideologia de um grupo toma forma no corpo da manchete. E a presença dos mesmos elementos lexicais e sintáticos – com exceção do período subordinado –, conforme mostramos no quadro 1, aponta para a construção material de um evento polêmico, que exige do leitor uma prática de leitura e escrita, bem como a compreensão das regras sintáticas de subordinação e pontuação. No entanto, a realidade das aulas de Português geralmente caracterizada por escassa leitura, quase nenhuma prática de escrita de texto e com ausência de pesquisa, análise e reflexão (Antunes, 2014), não forma esse leitor.

O que essas manchetes e a análise sintática e discursiva delas revelam é, como apontam Antunes (2014), Koch e Elias (2017), Mendes *et al.* (2019) e Vieira e Faraco (2019), uma concepção de gramática enquanto parte de uma atividade discursiva: “o que significa dizer que, se é verdade que não falamos sem gramática, também é fato que não falamos apenas com gramática” (Antunes, 2014, p. 32). A gramática, nesse caso, se constitui como um alicerce que permite ao texto se constituir enquanto tal, não sendo ela sozinha a responsável pela construção do seu sentido, mas participando ativamente dele por meio das pistas textuais que deixa, como é o caso da marcação das fronteiras sintáticas nas manchetes que constroem orações subordinadas adjetivas diferentes. Em outras palavras, é a delimitação das fronteiras sintáticas, por meio da vírgula, que permite a construção textual, ou seja, a presença

ou ausência da vírgula “são pistas para o processamento do sentido” (Azeredo, 2018, p. 559).

Dessa forma, percebemos que a construção gramatical da linguagem é regida pela intenção e por um viés essencialmente argumentativo (Antunes, 2014; Koch; Elias, 2017; Azeredo, 2018; Mendes *et al.*, 2019; Vieira; Faraco, 2019). A seleção dos elementos, bem como a colocação ou não de determinado sinal de pontuação, portanto, indicam as relações, os sentidos, os comportamentos e as reações verbais e não verbais que buscamos estabelecer, construir, desencadear e provocar no interlocutor (Koch; Elias, 2017). Assim, a proposta de análise que apresentamos busca gerar reverberações na prática de ensino das orações subordinadas adjetivas e dos sinais gráficos de pontuação, pensando que os jogos sintáticos, que têm suas regras estabelecidas pela gramática normativa, estão em função do discurso, uma vez que constroem sentidos possíveis e excluem outros.

Em uma análise sintático-semântica, percebemos que, como apresentamos, a principal diferença entre as manchetes está no uso da vírgula antes da oração “que deram negativo”, construindo uma oração subordinada adjetiva restritiva e explicativa. A oração subordinada adjetiva restritiva do Estadão (2023), sem a vírgula, sugere que Bolsonaro entregou alguns exames que deram negativos, mas que poderiam haver outros – possivelmente positivos. Isso abre espaço para questionamentos e reforça um tom mais investigativo do veículo de imprensa. Na Gazeta (2023), com vírgula, a oração subordinada adjetiva explicativa indica que todos os exames feitos pelo ex-presidente deram negativos – e que todos foram entregues –, encerrando a questão e afastando a possibilidade de dúvida. Essa diferença não é apenas gramatical, mas argumentativa, pois direciona a interpretação do leitor de formas distintas e indica a polêmica e a polarização vivida no país sobre o contágio ou não do ex-presidente. Portanto, como aponta Azeredo (2018), a pontuação não é meramente um recurso gráfico, mas uma estratégia de construção de sentido.

A análise da argumentação nessas manchetes permite identificar estratégias discursivas que reforçam determinados discursos políticos. O Estadão (2023) utiliza a ausência da vírgula como um recurso argumentativo, criando espaço para uma leitura que permite interpretações mais investigativas. Isso se alinha a uma perspectiva de jornalismo mais crítico e independente, sugerindo que a disputa judicial poderia ter relevância na credibilidade dos exames. A Gazeta (2023), ao empregar a vírgula,

dissipa controvérsias e legitima a entrega dos exames sem margem para questionamento – como faziam os apoiadores de Jair Bolsonaro. Essa escolha pode ser lida como uma estratégia para atenuar o caráter polêmico do caso e reforçar uma leitura favorável ao ex-presidente. Essas estratégias são compatíveis com os conceitos de atos polêmicos e microatos polêmicos de Nascimento (2018), pois demonstram como pequenas variações sintáticas podem carregar implicações argumentativas dentro de uma disputa ideológica. A construção de manchetes jornalísticas não é apenas uma questão de estilo, mas uma forma de posicionamento discursivo dentro do espaço público.

Considerações finais

Uma abordagem ampliada do ensino da argumentação, como proposto pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) deve incluir tanto o acordo quanto o desacordo profundo como elementos essenciais da interação discursiva. A argumentação não se resume à persuasão, mas envolve também o reconhecimento e a compreensão das diferentes perspectivas que compõem o tecido discursivo da sociedade. A integração entre o dialogismo de Bakhtin (2010, 2011, 2013) e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), proposta por Nascimento (2018), oferece um caminho promissor para aprimorar o ensino de Língua Portuguesa e formar sujeitos discursivos cada vez mais competentes e críticos.

A análise dialógica das manchetes evidencia que não há neutralidade na escolha da estrutura sintática e discursiva. A pontuação e a construção das frases não apenas informam, mas também argumentam e persuadem, orientando a interpretação do leitor. Portanto, como demonstramos, a gramática está a serviço da construção de sentidos e pode ser mobilizada estrategicamente para reforçar diferentes discursos. A aplicação da Análise Dialógica da Argumentação (Nascimento, 2018) mostra que essas manchetes fazem parte de um evento polêmico maior, em que veículos de imprensa assumem posições distintas diante do mesmo fato. Essa análise reforça a necessidade de um ensino de leitura crítica, especialmente em tempos de desinformação e *fake News*, para que os leitores compreendam as nuances argumentativas embutidas em construções aparentemente neutras.

Por fim, assumimos que uma abordagem do ensino de Língua Portuguesa a partir da argumentação deve incluir tanto o acordo quanto o desacordo (Nascimento, 2018) como elementos essenciais da interação discursiva. A

argumentação não se resume à persuasão, mas envolve também o reconhecimento e a compreensão das diferentes perspectivas que compõem o tecido discursivo da sociedade.

Referências

- ANTUNES, Irandé. **Lutas com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005.
- ANTUNES, Irandé. **Gramática Contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola, 2014.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Publifolha/Instituto Houaiss, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos A. Faraco. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução posfácio e notas Paulo de Bezerra; notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 61-78.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: painel interativo**. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 13 jun. 2024.
- CARVALHO, Lucas de Araújo Rocha. **A “farsa” da pandemia: uma análise do discurso desinformativo sobre o coronavírus no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.
- ESTADÃO. **Após disputa judicial, Bolsonaro entrega exames que deram negativo; veja resultado**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/apos-disputa-judicial-bolsonaro-entrega-exames-que-deram-negativo/>. Acesso em: 26 set. 2023.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2020.

GAZETA. **Após disputa judicial, Bolsonaro entrega exames, que deram negativo.** Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/brasil/apos-disputa-judicial-bolsonaro-entrega-exames-que-deram-negativo-0520>. Acesso em: 26 set. 2023.

GIACOMELLI, Karina; SOBRAL, Adail. Memória, imprecisões, sentidos: em torno da proposta bakhtiniana de estudo da linguagem. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.21, n. esp., p. 395-432, 2018.

IRINEU, Lucineudo M; MENDES, Maria das Dores D. N. (org.). **Análise do Discurso e ensino de Língua Portuguesa**: propostas didáticas para os ensinos fundamental e médio. São Paulo: Pontes Editores, 2019.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e Argumentar**. São Paulo: Contexto, 2017.

MENDES, Andréia Almeida. *et al.* **Linguística textual e ensino**. Porto Alegre: Grupo A, 2019.

NASCIMENTO, Lucas. **Análise dialógica da argumentação**: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ODILON, Clara Cristiana. **Menino veste azul e menina veste rosa**: a ex-ministra Damares Alves e o seu evento polêmico. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2025.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermanita de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORTAL G1. **Bolsonaro e comitiva comem na rua em NY; cidade exige vacinação contra Covid em restaurantes.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/20/bolsonaro-e-comitiva-comem-na-rua-em-ny-cidade-exige-vacinacao-contracovid-em-restaurantes.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2024a.

PORTAL G1. **Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2024b.

PORTAL G1. **'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2024c.

SILVA, Fagner Carvalho. **Uma Análise Dialógica da Argumentação na tentação de Jesus em Mateus 4:1-11.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

UOL. **Bolsonaro se irrita com perguntas e diz que falou "PF", não Polícia Federal.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/15/bolsonaro-se-irrita-com-perguntas-e-diz-que-falou-pf-nao-policia-federal.htm>. Acesso em: 26 set. 2023a.

UOL. **Bolsonaro se irrita e diz que falou "PF", não Polícia Federal em vídeo.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCIJjsftVpM>. Acesso em: 26 set. 2023b.

VOESE, Ingo. Desafios para uma análise do discurso (e para o ensino?). **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 187-210, jul./dez. 2002. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/download/502/514/543. Acesso em: 14 out. 2023.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Texto e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.